

Jovens, Política e Parlamento dos Jovens

Vinicius Barbosa Albernaz[†] Hugo Ferrinho Lopes[‡]

Forthcoming, “Jornalismo Parlamentar: 50 anos de uma especialidade jornalística”, ed. Jaime Lourenço

21 de novembro de 2024

Introdução

O afastamento dos jovens da política tem sido amplamente debatido nas últimas décadas. Vários estudos e reportagens na comunicação social apontam uma diminuição da participação política por parte das novas gerações. Esta tendência tem sido observada nas democracias ocidentais, particularmente no que diz respeito à participação política convencional: os jovens demonstram menores níveis de adesão às urnas, filiação partidária, satisfação com a democracia e confiança nas instituições políticas. No entanto, por outro lado, há evidências de um aumento da participação política ao nível não convencional, como a adesão a movimentos sociais, petições, manifestações e discussões políticas online (Costa, [2022](#); Magalhães, [2022](#)).

Embora a participação política dos jovens tenha aumentado na esfera não convencional, persiste um crescente afastamento destes da política convencional. Assim, surge a

[†]Universidade da Beira Interior e Universidade de Aveiro.

[‡]Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

questão: que mecanismos podem as instituições políticas para se aproximar dos jovens? O que pode, em particular, a Assembleia da República promover para incentivar o envolvimento político das novas gerações na arena institucional? Os parlamentos tendem a adotar diversos mecanismos para interagir com os cidadãos (Leston-Bandeira, 2016), e atualmente, o envolvimento entre parlamentos e eleitores ocorre especialmente por meio de ferramentas tecnológicas (Serra-Silva, 2021). Um dos programas mais conhecidos dos parlamentos para envolver os jovens é o “Parlamento dos Jovens” (Shephard e Patrikios, 2013; Patrikios e Shephard, 2014; Matthieu et al., 2020).

Mas qual a experiência dos participantes neste programa? Como avaliam a sua participação, e quais os seus níveis de interesse e conhecimento político, bem como de confiança nas instituições — em particular, no parlamento? Este capítulo discute o envolvimento dos jovens na política, descrevendo o debate sobre a participação e representação dos jovens e avaliando um mecanismo de envolvimento entre o parlamento e as novas gerações: o programa “Parlamento dos Jovens”.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Na próxima secção, discute-se a “alienação” dos jovens face à política, em que medida estes estão incluídos em lugares elegíveis nas listas candidatas a órgãos eletivos, com ênfase especial nos parlamentos, e as diferenças entre participação política convencional e não convencional. Na terceira secção, estuda-se o mecanismo de interligação entre a Assembleia da República e as novas gerações: o Parlamento dos Jovens, focando na sua organização e funcionamento. Na quarta secção, analisam-se os resultados de um inquérito a participantes neste programa, procurando perceber a autoavaliação da sua participação, os seus níveis de interesse e conhecimento político, e a confiança nas instituições. Por fim, apresentam-se as conclusões deste estudo e as implicações para o conhecimento e a investigação existente.

O alegado afastamento dos jovens face à política

Muitos estudos académicos e reportagens na comunicação social têm apontado um afastamento crescente entre os jovens e a política nas últimas décadas. Nas democracias ocidentais, as novas gerações apresentam menores níveis de satisfação com a democracia (Claassen e Magalhães, 2023), confiança nas instituições políticas e filiação partidária (Mair e van Biezen, 2001; Whiteley, 2007). O mais preocupante é que os jovens parecem participar menos na vida política, especialmente por meio do voto (Costa, 2022; Magalhães, 2022), e essa tendência não se limita a Portugal (Sloam, 2016). Como os jovens de hoje serão os líderes de amanhã, essa alienação levanta questões significativas sobre o futuro das nossas democracias (Bruter e Harrison, 2009).

No entanto, devemos interpretar essas conclusões com cautela por duas razões. Primeiramente, apesar do declínio na participação política convencional, pode-se afirmar que a participação política dos jovens aumentou, mas ao nível da “participação não convencional”. A participação política convencional inclui o contacto com políticos, o envolvimento com os meios de comunicação social, a filiação e o ativismo partidário, e a participação em campanhas eleitorais. Por outro lado, a participação política não convencional abrange ações como voluntariado, doações a causas políticas não partidárias, assinatura de petições, boicotes por razões políticas, participação em manifestações e protestos, e discussão política online. É neste último tipo de ação que os jovens se mostram mais ativos do que as gerações mais velhas. Os jovens têm-se destacado na mobilização social e política fora dos canais eleitorais. Eles doam mais dinheiro ou recolhem fundos para atividades sociais, cívicas ou políticas, são mais propensos a boicotar ou comprar produtos por razões políticas, a favor do meio ambiente, ou a assinar petições (Magalhães, 2022). Em particular, são os mais ativos na participação política online (Costa, 2022). Além disso, entre os mais jovens, há uma maior percepção de eficácia política, ou seja, de que podem influenciar os processos políticos e que o sistema político está disponível para ouvir as opiniões e

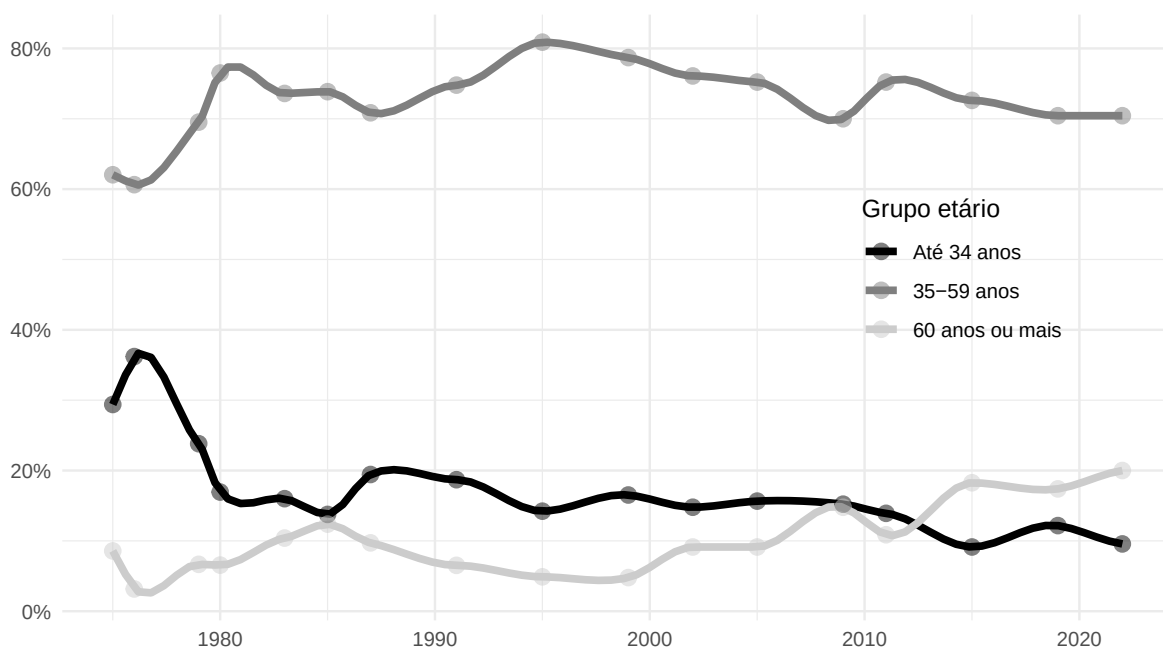
exigências dos cidadãos (Costa, 2022).

Em segundo lugar, à medida que os partidos se tornaram mais profissionalizados, passaram a investir menos no recrutamento e formação de jovens (van Biezen e Poguntke, 2014). Isso tem gerado divisões internas entre jovens e militantes mais velhos dentro das organizações partidárias (Scarrow e Gezgor, 2010). Tanto os jovens militantes como os não filiados em partidos consideram que as elites políticas se fecham em “cúpulas” (Costa, 2022), expressando insatisfação com os incentivos que recebem (Hooghe e Dassonneville, 2013) e sentindo-se desvalorizados (Silva e Costa, 2022). Surpreendentemente, até parte dos membros de juventudes partidárias culpa os partidos pelo afastamento da sua geração da política: consideram que a comunicação e a agenda partidária não abordam temas relevantes para os jovens, bem como que os partidos se focam mais na “política suja” e os desvalorizam na inclusão em listas eleitorais (Silva e Costa, 2022: 19).

Esta perceção parece alinhar-se com a realidade. A Figura 1 replica uma análise de (Ferrinho Lopes e Silva, *in press*). O gráfico mostra a evolução da representação etária na Assembleia da República ao longo do período democrático. Após a transição democrática, os jovens tinham uma presença substancial na Assembleia, mas com a institucionalização do sistema partidário, essa presença diminuiu drasticamente, sendo hoje o grupo etário mais sub-representado. Em contrapartida, a percentagem de deputados com 60 ou mais anos superou a dos mais jovens, resultando em um parlamento onde a maioria dos eleitos são homens de meia-idade. Isto reflete que as gerações que assumiram o poder após a transição democrática falharam na promoção da renovação geracional, o que resultou em deputados e membros do governo progressivamente mais velhos (Ferrinho Lopes, Silveira e Lopes, 2021).

Estes resultados confirmam uma tendência identificada pela União Interparlamentar e por vários estudos noutros contextos. Embora os eleitores prefiram votar em candidatos mais jovens (Eshima e Smith, 2022), mesmo que isso signifique ter líderes políticos mais inexperientes (McClean e Ono, 2024), os jovens enfrentam várias barreiras ao tentar entrar

Figura 1: Representação de diferentes grupos etários na Assembleia da República (1976-2022).



Fonte: Dados adaptados e atualizados de Ferrinho Lopes, Silveira e Lopes (2021).

na arena parlamentar e governamental (Joshi, 2013; Stockemer e Sundström, 2022). Os líderes partidários tendem a priorizar candidatos mais velhos e com mais experiência em detrimento dos mais jovens (Gherghina e Chiru, 2010). Este é um problema potencial, pois a sub-representação dos jovens tem implicações nas preferências políticas dos eleitores e no investimento social dos governos (McClean, 2022). Parlamentares mais jovens tendem a enfatizar os interesses dos jovens mais do que os seus colegas mais velhos (Rentrop, 2022). Além disso, mesmo quando os deputados mais velhos priorizam questões relacionadas com a juventude, muitas vezes isso ocorre devido à pressão dos legisladores mais jovens dentro do seu grupo parlamentar (Borghetto et al., 2022).

Se a participação política (não convencional) dos jovens tem aumentado, mas os partidos deixaram de investir nas novas gerações, resultando numa sub-representação dos

jovens nas arenas políticas institucionais, o que podem as instituições políticas (convencionais) fazer para se aproximar dos jovens? O parlamento pode desempenhar um papel instrumental nesse processo.

O parlamento é a instituição política democrática por excelência e a mais relevante do sistema político português. Dados do Inquérito Social Europeu demonstram que Portugal é um dos países onde os cidadãos menos confiam nos políticos¹. Contudo, o parlamento continua a ser a instituição democrática por excelência, pois resulta de eleições diretas, e a confiança dos portugueses nesta instituição em particular apresenta níveis mais elevados do que a confiança nos políticos em geral². É a mais importante instituição do sistema político português pelo seu carácter dual: é consensual, permitindo a inclusão de várias forças partidárias, ao contrário dos governos, que podem ser monopartidários; e é maioritário e excludente, dividindo os partidos entre aqueles que apoiam e os que estão na oposição ao governo (Fernandes, 2015: 15). Os parlamentos são um mecanismo que permite aos cidadãos tomar decisões na vida coletiva, superando os constrangimentos da democracia direta através da eleição de representantes que, em nome dos eleitores, tomam parte no processo de decisão política e são responsáveis perante os cidadãos pelas suas decisões. Os parlamentos desempenham quatro funções essenciais: representação, produção legislativa, seleção e fiscalização da ação do governo (Fernandes, 2015: 12).

Várias iniciativas são adotadas pelos parlamentos para promover o envolvimento dos cidadãos (Leston-Bandeira, 2016), especialmente por meio de ferramentas tecnológicas de informação e comunicação (Serra-Silva, 2021). A nível nacional, o mecanismo mais conhecido é o “Parlamento dos Jovens”. Na próxima secção, explicamos como este programa se organiza e discutimos o histórico das sessões, além de analisarmos os estudos que avaliam

¹Ronda 11 do Inquérito Social Europeu (ficheiro integrado) disponível em https://ess.sikt.no/en/datafile/242aaa39-3bbb-40f5-98bf-bfb1ce53d8ef/123?tab=1&elems=12407541-8d0a-4bb6-bc2c-a0ac056dc0ba_1 (consultado a 20/11/2024).

²Ronda 11 do Inquérito Social Europeu (ficheiro integrado) disponível em https://ess.sikt.no/en/datafile/242aaa39-3bbb-40f5-98bf-bfb1ce53d8ef/123?tab=1&elems=02738785-25f2-49d0-b248-e80349eb7e2c_1 (consultado a 20/11/2024).

a experiência dos jovens deputados nesse tipo de programa e verificarmos em que medida a participação neste programa se relaciona com o interesse dos jovens pela política, a sua compreensão do processo legislativo e a confiança nas instituições políticas.

Organização e funcionamento do Parlamento dos Jovens

Os Parlamentos dos Jovens (PJ) são programas ou projetos destinados a formar jovens politicamente ativos e intervenientes no processo democrático. Através da simulação do processo legislativo e da participação em atividades parlamentares, procuram proporcionar uma experiência prática do funcionamento do sistema parlamentar. O conceito de PJ pode ser definido como uma iniciativa que visa “levar os estudantes a simular, de alguma forma, o funcionamento do parlamento, assumindo temporariamente o papel de parlamentares” (Cosson, 2008: 100). A literatura académica descreve os PJ como espaços que aproximam os jovens do poder político, envolvendo-os na política formal (Shephard e Patrikios, 2013), especialmente no poder legislativo.

Mas como surgiram os PJ? Uma das primeiras iniciativas registadas é o Youth Parliament of Manitoba (YPM), criado em 1922, em Ontário, no Canadá, que organiza sessões parlamentares anuais dedicadas ao desenvolvimento da liderança e à consciencialização do sistema parlamentar entre os jovens (Albernaz e Vieira, 2021; Santos Júnior, 2022). Para entender melhor os PJ em Portugal, é importante conhecer este tipo de eventos e programas que promovem a educação política dos jovens, conhecidos internacionalmente como *Youth Parliaments*, *Parlamentos Juveniles* ou “Deputados por um dia”.

Nesse sentido, existe uma vasta prática internacional que reúne jovens para discutir os anseios e problemas da sua geração, desenvolvendo sua participação cívica e política. É o caso do *European Youth Parliament* e o *Euroscola*, entre outras iniciativas, com uma substancial variedade de formatos e configurações (Albernaz e Vieira, 2021). O *Euro-*

pean Youth Parliament (EYP) é considerado uma das maiores plataformas juvenis para a formação cívica de jovens na Europa. Organizado em fóruns regionais, nacionais ou supranacionais, durante uma sessão, os jovens participam numa série de atividades, guiadas por organizadores e moderadores pares. Criado em 1987, em Fontainebleau (França), através de um projeto escolar, o EYP realiza-se em diversas capitais europeias, com uma duração de nove dias. Num ambiente de educação não formal, cerca de 300 estudantes participam em sessões do EYP que têm como objetivo fomentar debates sobre temáticas relacionadas com política internacional, mudanças climáticas, saúde, energia, direitos humanos, entre outras. Por sua vez, o *Euroscola* simula o trabalho de eurodeputados por parte de jovens estudantes. Criado em 1990, o programa reúne estudantes do ensino secundário, a partir dos 14 anos, em Estrasburgo (França), provenientes dos 27 Estados-Membros da União Europeia. Os participantes vivenciam, debatem, negociam, tomam partido, votam, aprovam propostas e familiarizam-se com o funcionamento das instituições europeias, especialmente o Parlamento Europeu, e com os valores europeus.

As origens do PJ em Portugal remontam a 1995, ano em que foi criado na Assembleia da República através da iniciativa cuja primeira subscritora foi a então deputada Maria Julieta Sampaio (PS). Inicialmente denominado “Parlamento das Crianças e dos Jovens”, manteve este nome até 2006. A primeira sessão plenária, realizada em 17 de fevereiro de 1995, contou com a participação de 83 estudantes de 12 escolas de ensino básico das regiões de Lisboa e Porto (Albernaz, 2020). Após ampla repercussão, a deputada apresentou o Projeto de Resolução n.º 142/VI para promover o intercâmbio entre a Assembleia da República e as instituições educacionais, com o objetivo de incentivar o espírito democrático entre as crianças e jovens portugueses. Assim, foi criado o programa “Assembleia e a Escola”³ (Albernaz e Vieira, 2021). Posteriormente, a 11 de maio de 2006, foi aprovada a Resolução n.º 42/2006, que estabeleceu o programa “Parlamento dos Jovens” pela As-

³Projeto de Resolução N.º 142/VI/4 a “Assembleia e a escola” (<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=3332>, consultado a 19/08/2024).

sembleia da República, dando um novo impulso à iniciativa e adotando o nome pelo qual é atualmente conhecido. Esta resolução fundiu os programas “Parlamento das Crianças na Escola e a Assembleia” (orientado para o ensino básico) e “Parlamento das Crianças e dos Jovens e a Assembleia na Escola” (orientado para o ensino secundário), consolidando o atual PJ para os níveis do ensino básico e secundário.

Atualmente, o PJ é desenvolvido pela Assembleia da República, através do Gabinete de Comunicação com os parceiros deste programa⁴. O Regimento do Parlamento dos Jovens estabelece os seguintes objetivos (p. 6):

1. Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política;
2. Dar a conhecer a Assembleia da República, o significado do mandato parlamentar, as regras do debate parlamentar e o processo de decisão do Parlamento, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses;
3. Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões;
4. Incentivar a reflexão e o debate sobre um tema, definido anualmente; e) Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais;
5. Estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria;
6. Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político.

⁴Ministério da Educação, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ), Direções Regionais de Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude da Região Autónoma da Madeira.

O PJ decorre em três fases distintas ao longo do ano letivo, incluindo sessões separadas para o ensino básico e secundário. O Regimento determina que estas fases estão divididas da seguinte forma: a) sessões escolares; b) sessões distritais ou regionais; e c) sessão nacional. Na primeira fase, denominada fase escolar, realiza-se o debate do tema, a inscrição das escolas, os debates e as eleições para a sessão escolar, onde os participantes reúnem-se em plenário para debater as propostas e eleger os representantes da escola que avançarão para a próxima etapa. Na segunda fase, a nível distrital ou de Região Autónoma (RA), são organizadas sessões nas quais todos os representantes eleitos pela sua escola debatem as suas ideias com as demais escolas e elegem os representantes do distrito e da RA ao nível nacional, assegurando uma representação adequada a nível regional. Por fim, na terceira fase decorre ao nível nacional, realiza-se a Sessão Nacional na Assembleia da República, onde estão presentes os representantes de todos os distritos e RAs. Nesta etapa, os jovens participantes organizam-se em comissões parlamentares e em plenário com o objetivo de debater e aprovar um projeto consensual que será posteriormente debatido pelos deputados à Assembleia da República.

Nesse sentido, anualmente, a organização do programa PJ procura incentivar a discussão e a reflexão dos jovens sobre temas selecionados para cada edição, escolhidos pelas escolas inscritas no programa (ver histórico de temas e sessões na Tabela 1). Em seguida, as escolas, através dos professores coordenadores internos do programa, podem organizar debates sobre o tema proposto, envolvendo especialistas e entidades locais. Além disso, mediante solicitação à organização nacional do PJ, é possível contar com a participação de um deputado da Assembleia da República.

Tabela 1: Histórico de sessões e temas debatidos no programa

Ano	Edição	Temas do Ensino Básico	Temas do Ensino Secundário
------------	---------------	-------------------------------	-----------------------------------

2003/2004	X Escola e a Assembleia (básico) e IV Assembleia na Escola (secundário)	“A construção da Europa: a importância do Desporto Escolar a nível local, nacional e europeu”	“A construção da Europa: Propostas para promover a cidadania europeia”
2004/2005	XI Escola e a Assembleia (básico) e V Assembleia na Escola (secundário)	“Responsabilidade social dos jovens na prevenção de comportamentos de risco”	“Educação/Formação-Emprego”
2005/2006	XII Escola e a Assembleia (básico) e VII Assembleia na Escola (secundário)	“Educação e Cidadania para a Segurança Rodoviária”	“Língua Portuguesa”
2006/2007*	XIII Edição do Parlamento dos Jovens	“Impacto da televisão junto dos jovens”	“Insucesso e abandono escolar”
2007/2008	XIV Parlamento dos Jovens	“Energias alternativas e preservação do ambiente”	“União Europeia: participação, desafios e oportunidades”
2008/2009	XV Parlamento dos Jovens	“Alimentação e Saúde”	“Participação Cívica dos Jovens”
2009/2010	XVI Parlamento dos Jovens	“Educação Sexual”	“A República”
2010/2011	XVII Parlamento dos Jovens	“Violência em meio Escolar”	“Que futuro para a Educação?”
2011/2012	XVIII Parlamento dos Jovens	“Combate à discriminação”	“Participação e Cidadania”
2012/2013	XIX Parlamento dos Jovens	“Ultrapassar a crise”	“Os Jovens e o emprego: que futuro?”
2013/2014	XX Parlamento dos Jovens	“Drogas – evitar e enfrentar as dependências”	“Crise demográfica (emigração, natalidade, envelhecimento)”
2014/2015	XXI Parlamento dos Jovens	“Combate ao insucesso escolar”	“Ensino público e privado: que desafios?”
2015/2016	XXII Parlamento dos Jovens	“Racismo, Preconceito e Discriminação – Ao debate!”	“Portugal: Assimetrias Litoral/Interior – Que Soluções?”
2016/2017	XXIII Parlamento dos Jovens	“Os Jovens e a Constituição, Tens uma palavra a dizer!”	“A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao Poder Local”
2017/2018	XXIV Parlamento dos Jovens	“Igualdade de Género – Um debate para tod@s”	“Igualdade de Género – Um debate para tod@s”
2018/2019	XXV Parlamento dos Jovens	“Alterações Climáticas: Salvar os oceanos”	“Alterações Climáticas: Reverter o Aquecimento Global”
2019/2021**	XXVI Parlamento dos Jovens	“Violência Doméstica e no Namoro: da sensibilização à ação”	“Violência Doméstica e no Namoro: Como garantir o respeito e a igualdade”

2021/2022**	XXVII Parlamento dos Jovens	“Que estratégias para combater a Desinformação?”	“O Impacto da Desinformação na Democracia”
2022/2023***	XXVIII Parlamento dos Jovens	“Saúde Mental nos Jovens. Que Desafios? Que Respostas”	“Saúde Mental nos Jovens. Que Desafios? Que Respostas”
2023/2024	XXIX Parlamento dos Jovens	“Viver abril na Educação: caminhos para uma escola plural e participativa”	“Viver abril na Educação: caminhos para uma escola plural e participativa”
2024/2025	XXX Parlamento dos Jovens	“Novas Tecnologias: Oportunidades e desafios para os jovens”	“Novas Tecnologias: Oportunidades e desafios para os jovens”

Fonte: adaptado de Albernaz (2020)

A experiência dos participantes no Parlamento dos Jovens

Esta secção analisa as experiências dos participantes no PJ. A literatura sobre a experiência e a participação política dos jovens no PJ demonstra que este programa é importante para a promoção do debate político e da educação para a cidadania, além de estimular o interesse pela política (Fernandes, 2018; Silva, 2019; Albernaz, 2020; Albernaz e Vieira, 2021). Outros estudos refletem sobre as mudanças na socialização política, nas atitudes e nos sentimentos de eficácia política (Patrikios e Shephard, 2014; Fuks, 2015; Albernaz, Benini e Salve, 2016). No entanto, permanece por estudar o efeito pós-participação no PJ e a durabilidade deste. Cosson (2008: 116) afirma que ainda não existem avaliações coerentes destes programas, sendo, portanto, importante desenvolver avaliações sobre o impacto na percepção e no comportamento dos jovens participantes.

Com o intuito de descrever a autopercepção da experiência dos jovens participantes no PJ, recorreremos aos dados de Albernaz (2020), que, na edição de 2018/2019 do programa, aplicou um inquérito a jovens participantes do ensino secundário, com idades entre os 15 e os 19 anos (N=72, sendo 37 do sexo masculino e 35 do sexo feminino). As questões abrangem o interesse pela política, o conhecimento sobre a Assembleia da República e a função e atuação dos Deputados, o uso de informação política, a participação política, a

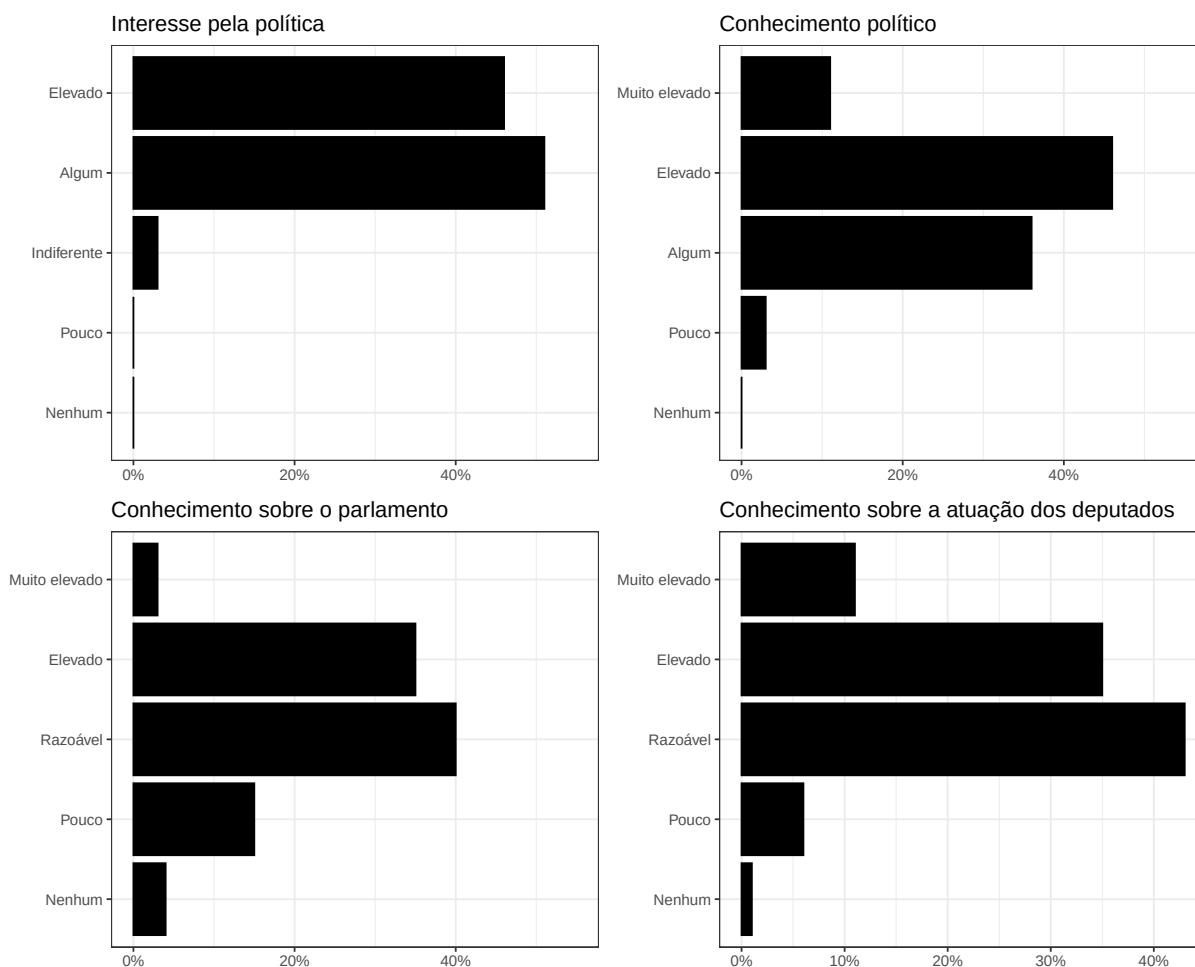
confiança nas instituições políticas e o grau de satisfação com a democracia, complementadas por uma pergunta de resposta aberta. As Figuras 2 e 3 resumem os resultados sobre o interesse e o conhecimento político, bem como a confiança nas instituições políticas.

No que diz respeito ao interesse pela política, a Figura 2 mostra que a maioria dos inquiridos apresenta um interesse significativo na política, com 97% dos jovens reportando algum ou um elevado grau de interesse. Contudo, vale a pena destacar que esta amostra não é representativa da totalidade dos jovens, mas sim daqueles que já demonstravam algum interesse pela política e, por isso, se candidataram ao PJ na primeira fase. Este interesse também se reflete nas respostas abertas dos participantes, como a “oportunidade de participar mais civicamente e ter uma palavra a dizer sobre temas fundamentais” (E13) e a “oportunidade de conhecer jovens interessados em política e perceber mais como funciona a máquina política” (E63).

Relativamente ao conhecimento político, os dados revelam que os casos de jovens com baixos graus de conhecimento são a exceção e não a norma. Em relação ao conhecimento geral, 93% dos inquiridos têm, pelo menos, algum conhecimento, e em relação ao parlamento, apenas 19% afirmam ter pouco ou nenhum conhecimento sobre a Assembleia da República. Quanto ao conhecimento dos deputados, apenas 7% dizem ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o seu trabalho e atividade. Os dados qualitativos corroboram esta tendência, com os participantes a indicarem que o PJ os ajudou a entender, na prática, como funciona o parlamento (E20), como os parlamentares atuam e as suas responsabilidades (E50), e a adquirir um conhecimento mais profundo sobre o assunto (E46).

Contudo, o interesse e o conhecimento não se traduzem necessariamente em comportamento político. Quando questionados sobre se já contactaram algum político (parlamentar ou executivo) sobre os problemas da sua freguesia, concelho ou país, mais de metade dos inquiridos nunca o fez, enquanto 42% afirmaram ter procurado um político (dados não mostrados). Entre os que o fizeram, alguns dos temas mencionados incluem “o desporto

Figura 2: Interesse e conhecimento político.



Fonte: Adaptado de (Albernaz, 2020).

no município” (E15), “as más condições do edifício da escola e a falta de apoio do município à ação escolar” (E39), e “falta de limpeza em lagos e ruas” (E59).

A Figura 3 mostra os níveis de confiança dos participantes nas instituições políticas. A maioria dos inquiridos expressa níveis positivos de confiança nas instituições, sendo o parlamento a instituição com maior grau de confiança entre as mencionadas. Não é possível determinar se este é um efeito de seleção da amostra ou da participação no PJ, mas este dado corrobora a reflexão de Serra-Silva (2024), que reflete sobre em que medida o desinteresse político dos cidadãos, aliado ao uso de novos meios de comunicação, tem

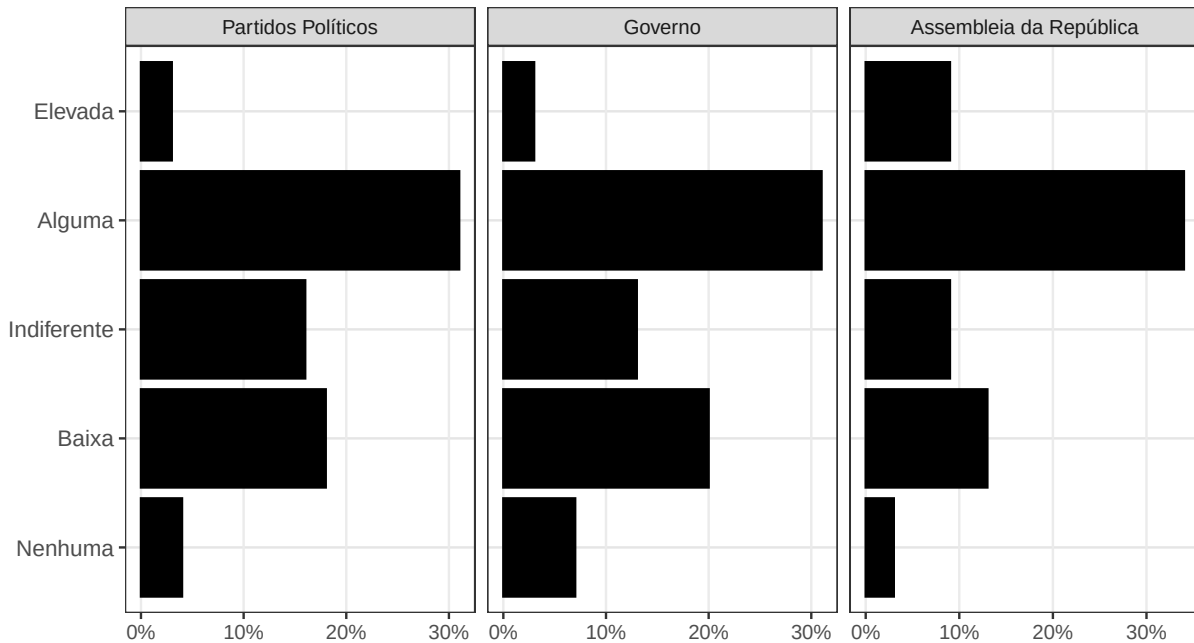
levado a uma mudança significativa na relação entre o parlamento e os cidadãos. A autora sugere que o envolvimento político se tornou uma agenda prioritária do parlamento para estabelecer ligações mais eficazes com a sociedade, embora persista a dúvida sobre se essa mudança resultara numa melhoria nos índices de confiança no parlamento. Nas palavras de Serra-Silva, “quando os cidadãos percecionam o seu parlamento como transparente, aberto e responsivo às suas vozes, é mais provável que confiem nos seus representantes eleitos e depositem confiança no processo democrático — ingrediente indispensável para a legitimidade democrática” (2024: 59).

Os participantes no PJ também foram questionados sobre o seu apoio ao regime democrático. Mais de metade dos participantes (57%) afirma estar satisfeita com o funcionamento da democracia em Portugal, em contraste com 28% que não estão satisfeitos e 15% que se encontram numa posição neutra. Este distanciamento da política tradicional e o descontentamento com o sistema político são temas abordados na literatura científica, refletindo uma crescente alienação e desconfiança no sistema político (Ferrinho Lopes, Silveira e Lopes, 2021; Magalhães, 2022; Silva e Costa, 2022).

Em geral, estes resultados alinham-se com a literatura, que aponta para um aumento do interesse e da exposição à informação política após a participação em programas de educação cívica (Cosson, 2008; Fuks, 2015). Também podem ser relacionados com o estudo de Leston-Bandeira (2012), que sugere que o desinteresse político, aliado ao uso de novos meios de comunicação, tem levado a uma transformação nas relações entre o parlamento e os cidadãos, o que continua a ser um desafio para aumentar a confiança nas instituições.

Por fim, uma pergunta aberta questionou os jovens sobre os motivos que os levaram a participar no PJ. Um resumo dos resultados, feito com recurso ao software NVivo, pode ser encontrado na Tabela 2. Os dados revelam várias palavras frequentes, sendo destacadas as seguintes: experiência, mudança, conhecimento, participação e voz. Em particular, os jovens participantes têm o desejo de serem ouvidos. Tal está patente em respostas individuais a outras questões. Destacamos três: “o programa [faz] a minha voz

Figura 3: Confiança nas instituições políticas dos participantes no PJ.



Fonte: Adaptado de (Albernaz, 2020).

ser ouvida” (E31), “a vontade de fazer tudo aquilo que os políticos portugueses não fazem” (E16), e “poder ter uma voz e sentir que os jovens são valorizados” (E5).

Em suma, a participação dos jovens no PJ parece ser um espaço de participação política e ajuda na compreensão do funcionamento do parlamento. Os resultados aqui demonstrados dialogam com o debate sobre o eventual afastamento dos jovens da política e quais mecanismos podem as instituições políticas adotar para se reconciliar com as novas gerações. Apesar dos indícios, apenas uma análise que compare a experiência dos participantes antes e após o PJ poderá confirmar em que medida este programa tem um impacto nas atitudes e comportamentos dos seus jovens participantes.

Tabela 2: Motivação para a participação no Parlamento dos Jovens.

Palavra	Extensão	Contagem	Percentagem ponderada (%)
Política	8	18	5,00
Experiência	11	6	1,67
Fazer	5	6	1,67
Mais	4	6	1,67
Mudança	7	6	1,67
Alterações	10	5	1,39
Climáticas	10	5	1,39
Conhecimento	12	5	1,39
Jovens	6	5	1,39
Melhor	6	5	1,39
Tema	4	5	1,39
Atividade	9	4	1,11
Participação	12	4	1,11
Poder	5	4	1,11
Vontade	7	4	1,11
Voz	3	4	1,11
Observações			58

Fonte: adaptado de Albernaz (2020)

Considerações finais

Este capítulo discute o afastamento dos jovens da política e explora um mecanismo institucional que tem sido adotado para promover envolvimento dos jovens nas arenas políticas formal: o “Parlamento dos Jovens”. Apesar do crescente desinteresse pela política convencional, os jovens continuam a mostrar um elevado grau de participação em formas de mobilização política não convencional, como petições, manifestações e debates online. Esse fenómeno, observado em várias democracias ocidentais, reflete uma mudança nas formas de participação política, mas também coloca desafios às instituições políticas, que aparecem cada vez mais desligadas das novas gerações.

A experiência do “Parlamento dos Jovens” levanta questões importantes sobre como os parlamentos e outras instituições políticas podem adaptar-se às novas formas de participação cívica. Neste contexto, o “Parlamento dos Jovens” emerge como uma importante

iniciativa destinada a aproximar os jovens do processo político formal, oferecendo-lhes uma plataforma para vivenciar o funcionamento da democracia e do parlamento. Através da simulação do processo legislativo e da promoção de debates sobre questões relevantes, o programa visa não apenas educar para a cidadania, mas também incentivar o desenvolvimento de competências políticas e sociais entre os participantes. Em Portugal, este programa encontra-se totalmente consolidado e tornou-se uma referência no contexto europeu e também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os resultados aqui reportados indiciam que os participantes no PJ têm níveis elevados de interesse e conhecimento político, bem como de confiança nas instituições políticas e de satisfação com a democracia. Em menor grau está o número daqueles que contactaram um político, embora comparações com o Inquérito Social Europeu demonstrem que os participantes no PJ têm, ainda assim, níveis mais elevados do que a generalidade da sua geração (dados não mostrados). Ademais, destaca-se ainda o facto de os jovens participantes reportarem (em respostas abertas) a sua aprendizagem sobre o processo legislativo na Assembleia da República, o seu funcionamento, os seus trâmites processuais e o seu efeito no interesse pela política.

A natureza transversal (*cross-sectional*) da amostra é uma limitação deste estudo. A ausência de dados que permitam comparações antes e após a exposição ao PJ, bem como entre aqueles que foram selecionados para participar no programa e aqueles que não foram selecionados, impede-nos de aferir o efeito da participação no PJ nestas atitudes e comportamentos políticos. Futuras investigações devem procurar recolher e analisar este tipo de dados, bem como estudar a durabilidade de eventuais efeitos da participação no PJ, determinando se estes, a existirem, têm um carácter de curto, médio ou longo prazo, algo que permitirá tirar ilações sobre as consequências do PJ para a participação e comportamento político, bem como para o funcionamento das democracias em geral.

Em suma, existem indícios de que o “Parlamento dos Jovens” tem benefícios no estímulo à participação política dos jovens. No entanto, é necessário realizar mais investiga-

ções para avaliar a causalidade e a durabilidade dos seus efeitos.

Referências

- Albernaz, V. B. 2020. “Parlamento dos Jovens: Um contributo para o estudo da participação política dos jovens em Portugal.” Master’s thesis, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Albernaz, V. B., É. A. Benini, e G. B. Salve. 2016. “Parlamento Jovem: a experiência do protagonismo juvenil no projeto Deputado Universitário Tocantinense.” *Cadernos Da Escola Do Legislativo* 18 (29): 110–148.
- Albernaz, V. B., e M. M. Vieira. 2021. “Parlamento dos Jovens: programas, processos e experiências.” Policy Brief, Lisboa.
- Borghetto, E., M. Lisi, J. Navarroc, e J. Cancela. 2022. “Who cares for young people? An analysis of parliamentary questions in France and Italy.” Working Paper presented at the “Youth without representation” Workshop, Ottawa, Canada.
- Bruter, M., e S. Harrison. 2009. “Tomorrow’s leaders? Understanding the involvement of young party members in six European democracies.” *Comparative Political Studies* 42 (10): 1259–1290.
- Claassen, C., e P. C. Magalhães. 2023. “Public support for democracy in the United States has declined generationally.” *Public Opinion Quarterly* 87 (3): 719–732.
- Cosson, R. 2008. *Escolas do legislativo, escolas de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Costa, P. 2022. “A Participação Política da Juventude em Portugal em 2020.” Relatório, Lisboa.
- Eshima, S., e D. M. Smith. 2022. “Just a number? Voter evaluations of age in candidate-choice experiments.” *The Journal of Politics* 84 (3): 1856–1861.
- Fernandes, D. 2018. *A participação dos alunos no programa Parlamento dos Jovens*. Relatório de estágio. Porto: Universidade do Porto.
- Fernandes, J. M. 2015. *O Parlamento Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferrinho Lopes, H., e P. Silva. in press. *The Higher the Office, the Narrower the Path: Youth Political Representation in Portugal*. London: Palgrave.
- Ferrinho Lopes, Hugo, Pedro Silveira, e António H. Lopes. 2021. *Sub-representação de uma Geração. Jovens na Assembleia da República, Governo e Parlamento Europeu (1976-2019)*. [Research Brief]. Lisboa: Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Fuks, M. 2015. “The Effects of Political Socialization Programmes: The Youth Parliament Experience in Brazil.” *World Political Science* 11 (2): 347–375.

- Gherghina, S., e M. Chiru. 2010. "Practice and payment: Determinants of candidate list position in European Parliament elections." *European Union Politics* 11 (4): 533–552.
- Hooghe, M., e R. Dassonneville. 2013. "Voters and candidates of the future: The intention of electoral participation among adolescents in 22 European countries." *Young* 21 (1): 1–28.
- Joshi, D. K. 2013. "The representation of younger age cohorts in Asian parliaments: Do electoral systems make a difference?" *Representation* 49 (1): 1–16.
- Leston-Bandeira, C. 2012. "Studying the Relationship between Parliament and Citizens." *The Journal of Legislative Studies* 18 (3–4): 265–274.
- Leston-Bandeira, C. 2016. "Why symbolic representation frames parliamentary public engagement." *The British Journal of Politics and International Relations* 18 (2): 498–516.
- Magalhães, P. 2022. "A Participação Política da Juventude em Portugal. Um retrato comparativo e longitudinal, 2002-2019." Relatório, Lisboa.
- Mair, P., e I. van Biezen. 2001. "Party membership in twenty European democracies, 1980-2000." *Party Politics* 7 (1): 5–21.
- Matthieu, J., J. Vrydagh, D. Caluwaerts, e S. Erzeel. 2020. "The democratic credentials of youth parliaments. The case of the Belgian Jeugd Parlement Jeunesse." *The Journal of Legislative Studies* 26 (2): 204–222.
- McClellan, C. T., e Y. Ono. 2024. "Too young to run? Voter evaluations of the age of candidates." *Political Behavior* 46: 2333–2355.
- McClellan, Charles T. 2022. "Does the Underrepresentation of Young People in Political Institutions Matter for Social Spending?" Working Paper available at <https://static1.squarespace.com/static/5c69ae919d4149419f647fce/t/65d623efdfba8a397055e765/1708532719469/Does+the+Underrepresentation+of+Young+People+in+Political+Institutions+Matter%3F+Yes.pdf#page=50.68>.
- Patrikios, S., e M. Shephard. 2014. "Representative and Useful? An Empirical Assessment of the Representative Nature and Impact of the Scottish Youth Parliament." *The Journal of Legislative Studies* 20 (2): 236–254.
- Rentrop, Robin J. 2022. "What's my age again? Substantive representation of young voters." Working Paper presented at the "Youth without representation" Workshop, Ottawa, Canada.
- Santos Júnior, E. G. 2022. "Funções educativas dos parlamentos digitais: uma análise comparada dos programas de letramento político e parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus." Ph.D. thesis, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Scarrow, S. E., e B. Gezgor. 2010. "Declining memberships, changing members? European political party members in a new era." *Party Politics* 16 (6): 823–843.

- Serra-Silva, S. 2021. “How parliaments engage with citizens? Online public engagement: a comparative analysis of Parliamentary websites.” *The Journal of Legislative Studies* 28 (4): 489–512.
- Serra-Silva, S. 2024. *Parlamento de Portas Abertas? A relação da Assembleia da República com os cidadãos*. Lisboa: Assembleia da República.
- Shephard, M., e S. Patrikios. 2013. “Making Democracy Work by Early Formal Engagement? A Comparative Exploration of Youth Parliaments in the EU.” *Parliamentary Affairs* 66 (4): 752–771.
- Silva, P. 2019. *O Ideário Constitucional no Parlamento dos Jovens*. 1.^a ed. Âncora Editora.
- Silva, P., e E. F. Costa. 2022. “A Participação Política da Juventude em Portugal: As juventudes partidárias e os movimentos associativos.” Relatório, Lisboa.
- Sloam, J. 2016. “Diversity and voice: The political participation of young people in the European Union.” *The British Journal of Politics and International Relations* 18 (3): 521–537.
- Stockemer, D., e A. Sundström. 2022. *Youth without Representation: The Absence of Young Adults in Parliaments, Cabinets, and Candidacies*. Michigan: University of Michigan Press.
- van Biezen, I., e T. Poguntke. 2014. “The Decline of Membership-Based Politics.” *Party Politics* 20 (2): 205–216.
- Whiteley, P. F. 2007. “Are groups replacing parties? A multi-level analysis of party and group membership in the European democracies.” Em *Britain After Blair*, Chicago. University of Chicago Press.